

COTAS PARA PESSOAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES E DESAFIOS

QUOTAS FOR TRANS PEOPLE IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: AN ANALYSIS OF OPPORTUNITIES AND CHALLENGES

Henrique Leonardo da Rocha Garcia¹

Júlia Rezende de Jesus²

Tamazach Ramirez da Silva Gomes³

João Vitor Carvalho Costa⁴

Raissa Guimarães Pereira⁵

Helena Aparecida Dias de Freitas⁶

Rodrigo Eugênio Lima Oliveira⁷

Matheus Henrique Fonseca Pires⁸

Viviane Suelen⁹

RESUMO

A pandemia da COVID-19, O artigo analisa a implementação de cotas para pessoas trans no ensino superior brasileiro, destacando a necessidade de políticas públicas inclusivas para promover a igualdade de direitos e oportunidades. A primeira deputada federal transexual do Brasil, que é frequentemente citada ao decorrer do artigo, Erika Hilton, enfatiza a importância dessas cotas como um resgate da cidadania, refletindo a luta global pela igualdade de gênero. Apesar dos avanços na legislação, a representação de pessoas trans nas universidades permanece insuficiente. O artigo também trouxe consigo visões de outras áreas do conhecimento, além do Direito, visando debater a saúde mental da comunidade trans. Identificando também os principais desafios enfrentados pela comunidade trans no acesso ao ensino superior, como discriminação e barreiras econômicas, e propõe soluções inovadoras para superá-los. A pesquisa combina métodos qualitativos e quantitativos, incluindo entrevistas e estudos de caso, para oferecer uma visão abrangente da situação. A discussão sobre identidade de gênero é aprofundada com referências à filósofa Judith Butler, ressaltando a complexidade da categorização dos corpos e a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir os direitos humanos e combater a discriminação. O artigo também aborda a representação de pessoas trans em posições de poder e influência, como a própria deputada Erika Hilton. Uma pesquisa empírica revela uma variedade de opiniões sobre as cotas para pessoas trans entre estudantes universitários, variando de apoio total a aceitação cautelosa. A

¹Graduanda no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

²Graduanda no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

³Graduanda no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁴Graduanda no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁵Graduanda no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁶Graduando no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁷Graduando no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁸Graduanda no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁹Graduando no curso de Direito pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

presença de pessoas trans nas universidades é vista como um enriquecimento para o ambiente acadêmico, destacando a importância do diálogo contínuo e da pesquisa sobre este tópico crucial.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade; Direito; Ensino Superior.

ABSTRACT

The article analyzes the implementation of quotas for trans people in Brazilian higher education, highlighting the need for inclusive public policies to promote equal rights and opportunities. Brazil's first federal transsexual deputy, who is often cited throughout the article, Erika Hilton, emphasizes the importance of these quotas as a rescue of citizenship, reflecting the global struggle for gender equality. Despite advances in legislation, the representation of trans people in universities remains insufficient. The article also brought with it views from other areas of knowledge, in addition to Law, aiming to debate the mental health of the trans community. It also identifies the main challenges faced by the trans community in accessing higher education, such as discrimination and economic barriers, and proposes innovative solutions to overcome them. The research combines qualitative and quantitative methods, including interviews and case studies, to offer a comprehensive view of the situation. The discussion about gender identity is deepened with references to the philosopher Judith Butler, highlighting the complexity of body categorization and the need for effective public policies to guarantee human rights and combat discrimination. The article also addresses the representation of trans people in positions of power and influence, like Deputy Erika Hilton herself. An empirical survey reveals a variety of opinions about quotas for trans people among university students, ranging from total support to cautious acceptance. The presence of trans people in universities is seen as an enrichment for the academic environment, highlighting the importance of continuous dialogue and research on this crucial topic.

KEYWORDS: Transsexuality; Law; Higher Education.

1 INTRODUÇÃO

Erika Hilton, a primeira deputada transexual do Brasil, proclamou a necessidade de cotas para pessoas trans e travestis, afirmando que “É um resgate da cidadania”. Esta declaração ressalta a importância de políticas inclusivas no ensino superior, um espaço que tem sido historicamente inacessível para muitos na comunidade trans.

A luta pela igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, é um desafio global. No Brasil, essa luta é particularmente intensa para as pessoas trans, que enfrentam uma série de obstáculos em vários aspectos da vida. Um desses obstáculos é o acesso ao ensino superior, um espaço onde a comunidade trans não possui tantas oportunidades de inserção.

Apesar dos avanços significativos na legislação brasileira, inclusive na CF/88 em seu capítulo III na seção I, o artigo 205, que positiva o direito à educação como dever do Estado e

da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa. Para proteger os direitos das pessoas trans, a representação dessa comunidade nas universidades do país ainda é insuficiente. Nos dias atuais, sabe-se que, mesmo que a comunidade tenha conquistado diversos direitos no aspecto social, inclusive dentro do aspecto político, ainda não há um número abrangente de pessoas trans e travestis nas universidades do país.

Este artigo tem como objetivo explorar as esferas sociais e jurídicas desses desafios e identificar possíveis soluções para uma aprimoração no Estado Social e Democrático de Direito no Estado brasileiro. Através de uma análise aprofundada das políticas públicas atuais, das barreiras enfrentadas pelas pessoas trans e travestis e das possíveis estratégias para superar essas barreiras, este artigo busca contribuir para a discussão sobre a inclusão de pessoas transgêneras no ensino superior brasileiro.

2 OBJETIVO

Analisar a implementação de cotas para pessoas trans no ensino superior brasileiro, identificar os desafios enfrentados e propor soluções inovadoras para superar esses obstáculos.

3 REFERECIAL TEÓRICO

A identidade de gênero é uma parte fundamental da identidade pessoal de um indivíduo, e todos devem ter o direito de expressar essa identidade sem medo de discriminação ou violência. No entanto, para as pessoas trans, trazendo foco no Brasil, a realidade é diferente muitas vezes. Elas enfrentam uma série de desafios no acesso ao ensino superior, que vão desde a discriminação e o preconceito até a falta de oportunidades. Este projeto é justificado pela necessidade urgente de abordar esses desafios e buscar soluções eficazes.

4 METODOLOGIA

- Tipo de pesquisa: Pesquisa qualitativa e quantitativa. Dados a serem obtidos: Informações sobre as experiências das pessoas trans no acesso ao ensino superior brasileiro.
- Forma de obtenção dos dados: Entrevistas, questionários e revisão de literatura. População e amostra: Pessoas trans no Brasil que estão buscando ou já estão no ensino superior.

Tratamento e análise dos dados: Os dados serão analisados usando métodos estatísticos e qualitativos para identificar padrões e tendências.

- Realizaremos estudos de caso detalhados de pessoas trans que se beneficiaram das políticas de cotas de universidades e trabalharemos em parceria com organizações de direitos trans para garantir que as vozes das pessoas trans sejam ouvidas em nossa pesquisa.
- Além disso, utilizaremos o Instagram como uma plataforma para exibir e mostrar nossos avanços, compartilhar histórias de sucesso e interagir com a comunidade para coletar feedback e aumentar a conscientização sobre o projeto.

5 DESENVOLVIMENTO

5.1 O que é ser um pessoa Trans e Travesti dentro da sociedade brasileira e por que essas pessoas precisam de políticas públicas?

A sociedade brasileira não constitui em si um termo próprio para designar esta comunidade, sendo por diversas vezes, denominada como, transgênero, transexuais e travestis. Mesmo que seja tão polissêmico, é necessário não taxar este grupo, visto que é um grupo já tão minorizado, no melhor dos casos, pergunte como esta pessoa quer ser chamada, tanto pelo pronome, quanto pelo termo polissêmico.

As pessoas transgêneros querem, demonstrar a sociedade brasileira, que elas não são apenas o seu sexo biológico, sua identidade está além disso, as pessoas transgêneros querem demonstrar que seus corpos não são caracterizados no nascimento, essas pessoas, constituem seus gêneros para além da cultura social. Como já diria a filósofa estadunidense Judith Butler:

“Existe uma maneira de categorizar os corpos? O que as categorias nos dizem? As categorias nos dizem mais sobre a necessidade de categorizar os corpos do que sobre os próprios corpos.” (Judith Butler)

Analisando a citação de Butler, pode-se concluir que a categorização dos corpos é uma ferramenta poderosa para a compreensão, mas também deve ser usada com cautela. Devemos estar cientes de que as categorias são muitas vezes simplificações e podem não capturar a complexidade total dos corpos que estão sendo categorizados. Além disso, devemos estar conscientes de como as categorias podem ser usadas para reforçar normas e estruturas de poder existentes. É imperativo que, enquanto acadêmicos e estudiosos, questionemos

constantemente as categorias que usamos e as suposições que fazemos sobre os corpos que estudamos.

Já as pessoas transexuais são indivíduos que possuem um desejo profundo e persistente de alinhar seu corpo físico com o gênero com o qual se identificam internamente. Esta identificação de gênero é uma experiência pessoal e íntima, que existe independentemente da orientação sexual do indivíduo. É importante ressaltar que a transexualidade não é uma patologia ou doença. Ela é uma manifestação legítima da diversidade humana em termos de identidade de gênero. Além disso, embora algumas pessoas transexuais optem por realizar cirurgias de redesignação de gênero para alinhar seu corpo físico com sua identidade de gênero, esta é uma decisão extremamente pessoal e, de forma alguma, uma necessidade universal para todas as pessoas transexuais. Cada indivíduo tem o direito de escolher o caminho que melhor atenda às suas necessidades e desejos pessoais em relação à expressão de sua identidade de gênero.

Quanto as travestis são pessoas que vivenciam e expressam papéis de gênero que podem não corresponder ao gênero atribuído a elas no nascimento. No entanto, é importante notar que elas podem não se reconhecer ou se identificar necessariamente com esses papéis de gênero. A identidade de uma pessoa travesti é uma experiência pessoal e única, e pode variar amplamente de indivíduo para indivíduo. Além disso, é crucial entender que a identidade de travesti não é a mesma que a identidade transexual. Embora ambos sejam parte da ampla diversidade de identidades de gênero, cada um tem suas próprias características e experiências distintas. Portanto, é essencial respeitar e reconhecer a individualidade e a autodefinição de cada pessoa.

A identidade de gênero é complexa e individual, e cada pessoa transgênero, transexual ou travesti tem sua própria experiência e identidade únicas

Em relação à necessidade de políticas públicas, é importante destacar que as pessoas trans e travestis enfrentam uma série de desafios na sociedade brasileira, incluindo discriminação, violência e exclusão social. Políticas públicas eficazes são necessárias para garantir seus direitos humanos, promover a igualdade e combater a discriminação. Essas políticas podem incluir leis antidiscriminação, programas de educação e sensibilização, e serviços de saúde e apoio específicos para pessoas trans e travestis. A implementação dessas políticas é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

E a representação é um aspecto crucial para essa inclusão. A presença de pessoas trans e travestis em posições de poder e influência, como a de Erika Hilton, Duda Salabert e até mesmo a drag queen Rita Von Hunty, pode ter um impacto significativo na percepção pública

e na promoção de políticas inclusivas para a comunidade transgênera. A representação pode ajudar a combater estereótipos prejudiciais e promover uma maior compreensão e aceitação da comunidade.

A dificuldade enfrentada e os desafios no acesso ao ensino superior, incluem discriminação, falta de compreensão e aceitação, e a falta de políticas e práticas inclusivas nas instituições de ensino. Além disso, muitas pessoas trans enfrentam dificuldades econômicas que podem tornar o ensino superior inacessível, por isso, devemos lutar por essas pessoas.

5.2 Existe alguma universidade que instituiu-se de cotas para maior visibilidade dessa comunidade?

É um fato incontestável que algumas universidades já implementaram cotas para a comunidade trans e travestis. No entanto, essa é uma iniciativa ainda restrita e que precisa ser ampliada. A comunidade necessita de uma maior inserção no ensino superior como um passo fundamental para a promoção da equidade social.

Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) em 2021 revelou que a média de pessoas trans em universidades federais (UF's) era de menos de 0,3% do corpo discente em 2018. Isso é particularmente preocupante quando consideramos que 2% da população brasileira se identifica como trans e não binária. Em outras palavras, há um déficit de 6,7 vezes em relação à proporção da população.

Algumas universidades federais que já adotaram essas cotas incluem a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A Universidade Federal de Lavras (UFLA) merece destaque por ser a primeira instituição do estado de Minas Gerais a adotar essa política.

Infelizmente, as universidades particulares no Brasil ainda não contemplam a possibilidade de implementar cotas para a comunidade trans e travesti em suas políticas institucionais. Isso ressalta a necessidade de um debate mais amplo e inclusivo sobre a questão, visando garantir a igualdade de oportunidades para todos no ensino superior. A educação é um direito fundamental e deve ser acessível a todos, independentemente de gênero ou identidade de gênero. A implementação de cotas para a comunidade trans e travesti é um passo importante nessa direção. Sendo também, apenas duas das vinte e sete UF's das capitais possuindo estas cotas, sendo apenas a UFBA (Universidade Federal da Bahia), que

implementou em 2019 e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) que implementou as cotas em 2023. Algumas das universidades federais já até cogitam a implementação das cotas, como a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade de Rondônia (Unir), e devem começar seu processo seletivo este ano de 2024 para ingressantes no próximo ano. Isso apenas mostrando graduações, como o foco do artigo, pois a implementação para pós-graduações torna-se mais palpável as cotas para a comunidade transgênero.

5.3 E quais são as opiniões predominantes sobre as cotas para pessoas trans entre os estudantes universitários? (Pesquisa empírica)

Dentro das universidades e faculdades, é de conhecimento geral que diversas pessoas diferentes integram estes espaços, tendo os estudantes e professores, seus valores morais e suas opiniões pessoais, e sendo um assunto delicado e polêmico, muitas vezes as pessoas preferem se manter em inércia a pôr sua devida opinião ao assunto, mas sendo este espaço, um espaço acadêmico um lugar de conhecimento e debate, objetifica-se questionar aos alunos e aos professores sobre tal inclusão no ensino superior, como não há tantas pesquisas, vem-se, aos autores deste artigo, fazer sua própria pesquisa empírica no espaço acadêmico de sua própria faculdade e das universidades próximas.

A pesquisa foi feita da seguinte maneira: Perguntando os alunos, um dos entrevistados, do 9º período do curso de psicologia da FAPAM (Faculdade de Pará de Minas) opinou o seguinte:

“Qualquer luta por direitos, eu acho extremamente necessária, como forma de reparação histórica e integração desses membros marginalizados à margem da sociedade. A história, nos dá material mais do que necessário para esta luta”.

Outra estudante da FAPAM, do 1º período de GTI (Gestão de tecnologia da informação) disse o seguinte:

“Eu não acho má ideia, porém não é como se cotas funcionassem, apesar de poucas pessoas conseguirem aproveitar as cotas, elas deveriam ser melhor trabalhadas.”

Para a turma de Direito da FAPAM, um dos alunos do 2º período dissertou:

“De certa forma, considero algo bastante viável dentro do ambiente acadêmico e em algumas instituições. Isso pode resultar em uma boa

formação para uma parcela da população que, devido à discriminação, não é muito beneficiada. Na maioria dos casos, essa parcela da população é até mesmo prejudicada em relação à disponibilidade de vagas.”

O estudante do 5º período de psicologia da FAPAM concluiu o seguinte:

“Eu acredito que toda política de cotas é uma política de dívida histórica do nosso país em relação às classes minorizadas, de trazer direitos a pessoas que tiveram seus direitos negados no passado, como o direito a dignidade, e essas políticas de reinserção tem o intuito também de demonstrar ao Estado e a sociedade a existência e a luta dessas pessoas, como indígenas e afrodescendentes. É uma política de reparação com aquelas pessoas com os direitos indeferidos. E no caso de pessoas trans nós, brasileiros, temos a necessidade absurda dessa política de cotas pois é inadmissível que o nosso Estado acompanhe esses números de ser o país que mais mata pessoas trans no mundo, dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Precisamos urgentemente pensar em ações que vão de encontro com a necessidade desse público que vão em busca desses direitos e que oportunizem que esses corpos tenham oportunidades que sejam diferentes daquelas que são delegadas a eles. A Erika Hilton representa tudo isso, ela representa essa comunidade que luta por tudo isso. Isso é a base dos direitos humanos, é uma política que precisamos. precisamos que esses corpos atuem em mais espaços em nossa sociedade. Eu enquanto homem LGBT vejo a necessidade dessa inserção.”

A pesquisa saiu de seu campus e se aprofundou em algumas universidades próximas.

Uma estudante do 1º período curso de arquitetura e urbanismo da UIT (Universidade de Itaúna) concluiu em sua opinião:

“Sinceramente, eu apoio a causa trans, mas não sou totalmente a favor das cotas nesse caso, visto que o Estado deixa as cotas já existentes a desejar, tais quais: racial, social e PCDs, vejo que essas devem ser priorizadas, antes da criação de novas cotas, mesmo apesar dos desafios enfrentados por essas pessoas da comunidade transgênero”.

Opinião de um aluno do 1º período de Moda do CEFET-MG (Centro Federal de Educação tecnológica de Minas Gerais) sucedeu em:

“Acho super válido a cota para pessoas trans em universidades, visto que essas pessoas são colocadas à margem da sociedade e são muito discriminadas. Infelizmente, devido a tal impasse, é difícil com que tais pessoas adentrem ao ensino superior. O uso de cotas poderia ajudar na solução do problema. Mas, também, acho necessário a busca por medidas que visem diminuir a transfobia no Brasil em todos os aspectos, integrando essas pessoas de fato à sociedade.”

O aluno do 1º período de psicologia da FACSET (Faculdade de Sete Lagoas) falou sobre, com a seguinte opinião:

“A implementação de cotas para pessoas trans no meio acadêmico é uma forma de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades. Muitas vezes, pessoas trans enfrentam barreiras adicionais para acessar a educação superior, e as cotas podem ser um importante instrumento para garantir que tenham a chance de ingressar nesse meio e contribuir com seus talentos e conhecimentos. Além disso, a presença de pessoas trans nas universidades e instituições de ensino superior contribui para a diversidade e enriquece o ambiente acadêmico como um todo.”

A pesquisa empírica realizada revelou uma variedade de opiniões sobre a implementação de cotas para pessoas trans nas universidades. As opiniões variam desde o apoio total, vendo as cotas como uma necessidade urgente e uma forma de reparação histórica, até uma aceitação mais cautelosa, com preocupações sobre a eficácia das cotas e a necessidade de priorizar outras áreas de inclusão.

No entanto, um tema comum que emergiu foi o reconhecimento da marginalização e discriminação enfrentada pelas pessoas trans e a necessidade de medidas para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades. Além disso, a presença de pessoas trans nas universidades foi vista como um enriquecimento para o ambiente acadêmico.

Em suma, embora as opiniões sobre as cotas para pessoas trans variem, há um consenso claro sobre a necessidade de ações que promovam a inclusão e combatam a transfobia. Isso destaca a importância do diálogo contínuo e da pesquisa sobre esse tópico crucial.

5.3 As universidades brasileiras estão trabalhando para melhorar o ambiente acadêmico para estudantes trans?

Este é um questionamento intrigante e relevante: as universidades estão realmente tomando medidas para promover a igualdade e a equidade social? A resposta é afirmativa. As universidades estão se mostrando cada vez mais capazes de promover a igualdade e a equidade social. Isso é evidenciado pelo fato de que várias Universidades Federais já implementaram políticas de cotas, demonstrando um compromisso com a inclusão e a diversidade. Além disso, o Direito, como ciência que busca acompanhar e responder às necessidades da sociedade, está evoluindo para garantir o direito à educação com esta comunidade no congresso. Embora esse progresso possa parecer lento, é inegável que estamos caminhando a pequenos passos para uma realidade onde a educação é acessível a todos. Portanto, esta tese não apenas levanta uma questão pertinente, mas também destaca os esforços contínuos das instituições de ensino superior a promover a justiça social.

6 APLICAÇÃO PRÁTICA

Nesta fase do projeto, o grupo decidiu organizar uma Roda de conversa com o Dr. Fabricio Veiga Costa, professor de Direito, o Pe. Célio Antunes, professor e psicanalista, e a psicóloga Quésia Diniz. Realizado na FAPAM, o evento visava compartilhar com o público, a academia e a comunidade LGBTQIAPN+ (o público-alvo do centro de atendimento onde a psicóloga trabalha) informações sobre a comunidade trans nas universidades, o preconceito nas instituições de ensino e a existência de cotas para este grupo.

O grupo “Juristas em Debate” iniciou a aplicação no dia 13/05/2024, no auditório II da Faculdade às 19h30, que durou até às 21h30, com o objetivo de esclarecer os conceitos de transsexualidade e sexualidade. Em seguida, questionou os convidados sobre a possível implementação do sistema de cotas nas universidades brasileiras para pessoas trans.

A apresentação foi simples e objetiva, com perguntas direcionadas aos profissionais mencionados. A primeira pergunta foi feita pelo líder do projeto, o aluno João Vitor. Que perguntou: “Vocês têm conhecimento de alguma universidade que, por iniciativa própria, instituiu cotas para dar maior visibilidade à comunidade trans?” A resposta foi clara, indicando que algumas Instituições Federais já visam implementar e algumas até já adotaram essa política.

A segunda pergunta, feita pelo aluno Matheus Henrique, foi: “E quanto à nossa Faculdade e outras instituições da nossa região, é possível a criação dessas cotas?” A resposta dos profissionais, principalmente dos dois professores, foi que, embora a FAPAM e outras instituições de ensino próximas sejam muito inclusivas, o fato de serem instituições particulares torna a criação dessas cotas nesses locais mais complexa.

A pergunta seguinte, feita pelo aluno Tamazach Ramirez, abordou um assunto delicado: “Quais seriam, e para as universidades que possuem essas cotas, quais são os critérios de elegibilidade para se candidatar a essas políticas?” A resposta foi difícil, mas a mesa redonda concluiu que o método seria a retificação do nome em registro do cartório.

A pergunta feita pelo aluno Rodrigo Eugênio trouxe uma reflexão interessante que inclusive já fora abordada na metodologia do artigo: “Vocês acham que as universidades brasileiras estão trabalhando para melhorar o ambiente acadêmico para esta comunidade?” A resposta para o grupo foi que sim, as universidades estão melhorando o ambiente, embora em “passos de formiga”.

Após uma série de perguntas gerais, o grupo propôs mais perguntas divididas em três tópicos: esfera jurídica, psicológica e religiosa, para abranger as áreas dos convidados.

Esfera Jurídica

“Vocês acham que existe a possibilidade da criação de cotas para pessoas trans com a atual bancada legislativa?” Essa pergunta, feita pelo aluno João Vitor, criticava o congresso nacional. Os palestrantes, principalmente o professor Fabrício, enfatizaram o grande problema da junção de ideais religiosos no Estado Democrático de Direito. No fim, a resposta foi que é muito difícil a criação desta lei com a atual bancada, pois esta é de maior cunho de uma direita conservadora que critica esse movimento social.

Esfera Psicológica

A pergunta do aluno Tamazach Ramirez para a psicóloga Quésia Diniz foi: “Você já teve pacientes da comunidade trans que buscavam o ensino superior?” A psicóloga disse que sim, e que inclusive tinha pacientes que estudavam na Faculdade onde o projeto começou. Quésia também falou sobre a dificuldade de seus pacientes do ensino médio e fundamental em seguir para o ensino superior devido à falta de autoestima causada pelos preconceitos vividos nas escolas.

Esfera Religiosa

A pergunta do aluno João Vitor para o Padre Célio Antunes foi: “Como as religiões recebem isso?”

Eu vejo que é um assunto que ainda nem chegou lá pra falar de cotas para pessoas trans e para os universitários. Acredito que a maioria nem sequer sonha que existe, e também há outras realidade encobertas entre as faces religiosas, e eu penso que a mudança que há na universidade, as transformações também começam nos grupos religiosos, alguns são mais abertos outros mais conservadores, encontramos de tudo, o que nós encontramos na sociedade, encontramos também na religião, das mais variadas realidades, agora o que nós podemos observar é que de uns anos pra cá, já há uma abertura para essa discussão e a medida que a sociedade trabalha suas seções, não vai deixar de impactar os meios religiosos, disso eu não tenho a menor dúvida.

7 RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Ao longo deste projeto, ressaltamos que a identidade de gênero é uma construção complexa e individual, e cada pessoa transgênero, transexual ou travesti tem sua própria experiência e identidade únicas. Isso destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir seus direitos humanos, promover a igualdade e combater a discriminação. Embora algumas universidades brasileiras tenham feito progressos ao implementar cotas para pessoas trans no ensino superior, ainda há desafios significativos a serem superados. A sub-representação de pessoas trans em cargos de influência e a persistência de barreiras econômicas e sociais são exemplos disso. Para abordar essas questões e promover a inclusão de pessoas trans nas universidades, as soluções incluem:

Igualdade e Representação: Implementação de cotas e políticas para garantir que pessoas trans tenham acesso e representação adequados no ensino superior.

Promoção de Liderança Trans: Incentivar a ascensão de pessoas trans a cargos de liderança, com a implementação de programas de mentoria e políticas de inclusão.

Conscientização e Educação: Introduzir programas de conscientização sobre diversidade de gênero e treinamento obrigatório em universidades para combater preconceitos.

Apoio à Transição de Gênero: Fornecer serviços de saúde e apoio específicos para pessoas trans, bem como opções flexíveis de estudo, para permitir que continuem suas trajetórias acadêmicas sem obstáculos.

A inclusão de pessoas trans no ensino superior não é apenas uma questão de justiça, mas também um componente vital para a diversidade e riqueza do ambiente acadêmico. Garantir que pessoas trans tenham igualdade de oportunidades e tratamento nas universidades não apenas promove a equidade, mas também enriquece a diversidade de perspectivas e fortalece a comunidade acadêmica. Portanto, é imperativo continuar a buscar essas soluções e promover uma mudança na direção de um sistema educacional mais inclusivo e igualitário.

7.1 Divulgações nos meios digitais

Foi também criado uma página no Instagram (@projetoinclusaotrans) com o objetivo de apresentar o projeto e esclarecer as dúvidas do público interessado. Esta página realizou várias divulgações midiáticas sobre o projeto, com o objetivo de alcançar o público mais

jovem através de meios de divulgação.

Foram feitas diversas postagens sobre os direitos das pessoas trans e a conscientização, com o objetivo de apresentar e fazer as pessoas entenderem essa causa sob uma nova perspectiva, como algo benéfico para a sociedade.

O grupo acredita que essa iniciativa foi crucial para o projeto e para a plateia do auditório, pois os membros do “Juristas em Debate” compartilharam sabedoria e informação de maneira clara e agradável, esclarecendo dúvidas com nosso principal objetivo. O grupo abriu um questionamento sobre a transexualidade e seus direitos. Esta vivência fora de super importância para os alunos, mas também compartilhou uma consciência e pensamento crítico sobre o Direito e as políticas públicas para a comunidade trans.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A experiência das pessoas trans na Educação. Observatório de Educação. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/a-experiencia-das-pessoas-trans-e-travestis-na-educacao> . Acesso em: 10 março de 2024.

AUDI, Amanda; QUEIROZ, Danilo. **Cotas para pessoas trans nas universidades públicas das capitais**. Disponível em: <https://apublica.org/2024/01/cotas-trans-apanas-duas-das-universidades-federais-das-capitais-oferecem-vagas/> . Acesso em: 5 março de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 10 março de 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “Sexo”. São Paulo: 1.ed., 2019.

NASCIMENTO, Priscilla de Souza. **Estudantes transexuais e travestis, acessibilidade, direitos e formação na Universidade Federal Fluminense**. 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13835> . Acesso em: 10 março de 2024.

OLIVEIRA, Elisa Fabris de. **Ideologia em ação**: representações sociais de cotas na imprensa e para professores universitários. 2021. 245 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo: Espírito Santo, 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_12574_Tese_Elisa.pdf . Acesso em: 5 março de 2024.

PEREIRA, Bruno Gomes Pereira; SARTORI, Thiago Luiz. Eu nao vou me calar. **Revista Diversidade & Educação**, v. 11, n. 1, p. 986–1004, 30 ago. 2023.

RIBEIRO, Jeniffer; NASCIMENTO, Vivian. Apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas trans. GN, 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/#:~:text=em%20parceria%20com%20Gema,transsexuais%20e%20travestis%20na%20gr%20adua%C3%A7%C3%A3o> . Acesso em: 10 março de 2024.

RIBEIRO, Beatriz Joaquim. **Destinação de cotas para pessoas trans em Universidades Públicas: Percepções de transgêneros, travestis e transexuais participantes da Associação LGBTTQI da Associação dos Municípios da região da Laguna (AMUREL).** 2020. 72 f. Monografia (Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/5998d570-7c08-417b-a02f-dca84ff4ca7d/content> . Acesso em: 10 março de 2024.

ANEXOS



13/05
19H30
AUDITORIO II

FAPAM
PROJETO
INTEGRADOR

Cotas para pessoas trans

VENHA CONHECER AS
DIFICULDADES POR TRÁS
DESSA LUTA POR
IGUALDADE E INCLUSÃO.

Pe. Célio Antunes
Fabrício Veiga
Quésia Diniz

Roda de conversa

projetoinclusaotrans_ Seguindo ▾ Enviar mensagem + ...

4 publicações 74 seguidores 12 seguindo

Projeto Integrador
Explorando os desafios e soluções para pessoas trans no sistema sociojurídico, penal e político brasileiro.
Alunos do 1º e 2º período de Direito

Seguido(a) por _waguin_zz, zach_cascavel, e outras 12 pessoas

PUBLICAÇÕES MARCADOS

Principais dificuldades enfrentadas pela comunidade trans brasileira:

- Preconceito, Violência, Discriminação.
- Falta de informação.
- Falta de oportunidade no ambiente de trabalho
- Falta de oportunidade no ambiente acadêmico

DIREITOS DOS TRANSGÊNEROS

DESCUBRA COMO VOCÊ PODE SER UM PORTA-VOZ

Você sabia?

O NOSSO PROJETO BUSCA COMPREENDER E ABORDAR AS COMPLEXIDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE TRANS NO BRASIL. ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE DETALHADA DAS CAUSAS SOCIOPOLÍTICAS E JURÍDICAS DA VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO, O PROJETO VISA PROPOR SOLUÇÕES EFETIVAS QUE PROMOVAM A IGUALDADE E A PROTEÇÃO SOCIAL, ALINHADAS AOS PRINCÍPIOS DO ESTADO SOCIAL DE DIREITO E AOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS. ESTE ESTUDO SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE URGENTE DE AÇÕES CONCRETAS PARA GARANTIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E INCLUSIVA PARA TODOS.

